

## MULHERES JOVENS

Somente a partir dos anos 1990 começam a se tornar hegemônicas no Brasil concepções de jovem como sujeito em si, dotado de direitos e capacidades. **Até esse momento tínhamos visões de juventude como símbolo da transitoriedade, fase preparatória** tida como verdadeiramente produtiva da experiência humana. É nesse momento que as proposições da juventude, e mesmo as demandas por protagonismo juvenil, passam a ter impacto sobre o movimento social e de mulheres. Resulta, assim, no surgimento de organizações de jovens de ambos os sexos, entre elas, organizações de mulheres jovens, muitas delas identificadas com o feminismo.

A aproximação entre as feministas e as jovens viveu distintas modalidades de articulação, representando diferentes formas de participação e presença das jovens, conforme relata Julia Zanetti:

Somente a partir dos anos 1990 começam a se tornar hegemônicas no Brasil concepções de jovem como sujeito em si, dotado de direitos e capacidades.

*Tendo me aproximado do movimento feminista em 2000, quando comecei a trabalhar em uma organização não-governamental feminista, e vindo de uma militância na Pastoral de Juventude Estudantil, logo me chamou a atenção a forma como as poucas jovens militantes se inseriam no feminismo naquele momento.*

*De lá pra cá, o cenário mudou. Em vários estados formaram-se grupos de jovens feministas, que têm buscado se organizar nacionalmente em eventos do movimento como um todo e, mais recentemente, na Articulação Brasileira de Jovens Feministas, que realizou seu primeiro encontro nacional em março deste ano (2008) no Ceará (Zanetti, 2008: 1).*

Tal participação, afirma a autora, tem possibilitado uma renovação do movimento feminista a partir da iniciativa de aproximação e identificação das jovens. Ainda assim, participaram do feminismo de forma não-empoderada, experimentando desigualdades no interior do movimento, situação esta que não se diferencia das dificuldades que enfrentam nos espaços de movimentos juvenis ou em outras correntes do movimento de mulheres.

A busca por maior expressão e espaço de atuação determinou também a articulação de jovens negras. Algumas destas vinculando-se ao referencial teórico e prático do feminismo, porém identificando-se com a corrente denominada feminismo negro. Assim, em 2009, foi organizado o **1º Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas**. Destaque-se que, ao optarem pela precedência da identidade negra em relação à identidade geracional e de gênero, **estas ativistas expressam também sua vinculação com o antirracismo, bem como sua proximidade com o movimento de mulheres negras**. Outras configurações de organização de juventudes incluem, principalmente, a participação nos movimentos culturais, especialmente na área musical, com forte influência midiática. Entre estas, tem crescido substancialmente o número de mulheres jovens no palco e na luta contra o racismo, o sexismo e a presença igualitária no movimento hip-hop.

A busca por maior expressão e espaço de atuação determinou também a articulação de jovens negras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protagonismo feminino nas transformações sociais e políticas que marcaram a modernidade afirmou a capacidade das mulheres em confrontar e modificar os sistemas de dominação baseados nos mais distintos signos de desigualdade social. Como vimos, esse processo foi influenciado por mudanças significativas nas relações entre homens e mulheres, no âmbito da família, nas relações entre as mulheres e seus corpos e nas possibilidades de participação feminina no mercado de trabalho e na arena política. Promoveu, assim, uma transformação radical nas condições de vida de um contingente expressivo de mulheres. Entretanto, apesar dos avanços conquistados, ainda vivemos contradições sociais e econômicas que acirram as desigualdades de gênero e raça. A persistência de variadas relações de subordinação das mulheres evidencia que os desafios colocados pelos movimentos de mulheres não se esgotaram.

A persistência de variadas relações de subordinação das mulheres evidencia que os desafios colocados pelos movimentos de mulheres não se esgotaram

## MOVIMENTO DE MULHERES LÉSBICAS

A década de 1970 marca o início da articulação política entre as mulheres lésbicas no interior de grupos gays, como o Lampião (RJ) e o Somos (RJ), e do movimento feminista. Nesse sentido, a formação do movimento de mulheres lésbicas decorre tanto da perspectiva de que essas mulheres possuem especificidades irreduzíveis, quanto do acirramento das contradições e dos limites dos movimentos gay e feminista. O feminismo, por exemplo, afirmava a existência de uma irmandade entre as mulheres e que, por isso, todas estavam em um mesmo patamar de igualdade. Para as lésbicas e outros grupos de mulheres, isso significou o silenciamento das diferenças em favor da expressão e dos interesses das mulheres pertencentes aos grupos hegemônicos: mulheres brancas, heterossexuais, de camadas médias urbanas.

O feminismo afirmava a existência de uma irmandade entre as mulheres e que, por isso, todas estavam em um mesmo patamar de igualdade. Para as lésbicas e outros grupos de mulheres, isso significou o silenciamento das diferenças.

No início década de 1980 foi fundado o Grupo Lésbico-Feminista (LF) que, devido ao acirramento de suas contradições internas, em pouco tempo deu origem ao Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). Esta organização ocupará quase de forma exclusiva o papel de representante público do movimento das mulheres lésbicas durante toda a década de 1980. Contudo, deve se ressaltar que isto não implicou a retirada das mulheres lésbicas do movimento feminista e de outros movimentos de mulheres. Nessas organizações, **foi travado um embate sobre**

**a noção de que a orientação sexual das mulheres não-heterossexuais deveria ser priorizada na construção de suas identidades políticas**, em contraponto com a ideia de que esta é uma questão que diz respeito às escolhas individuais na esfera privada.

Nesse contexto, surge uma publicação específica de mulheres lésbicas, ChanacomChana, (1981 a 1987). Segundo Elizabeth Cardoso,

*O ChanacomChana poderia ser classificado como um ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista, fazendo contraposição ao discurso da busca da igualdade entre homens e mulheres. Sem mencionar o salto advindo da existência de um jornal especializado num tema (lesbianidade) tratado de forma tímida pela primeira geração da imprensa feminista (Cardoso, 2004).*

Ainda na década de 1980, a emergência da epidemia de HIV/AIDS e a suposta constatação da maior vulnerabilidade dos homens que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo ocasionando a contaminação promovem um acirramento do estigma relativo aos grupos homossexuais. A homofobia e a falta de respostas adequadas das políticas públicas trouxeram, naquele momento, novos desafios. Ao mesmo tempo, repercutiram em uma maior mobilização do movimento homossexual, especialmente das organizações sob liderança masculina, gerando maior visibilidade para os homens homossexuais e para as travestis.

A articulação com distintos grupos que lutam pelos direitos dos dissidentes da norma heterossexual afirmou-se enquanto uma importante estratégia política no enfrentamento da homofobia.

Nesse período, houve também a ampliação dos grupos lésbicos. Mas, como ressalta a pesquisadora e ativista Marylucia Mesquita, a escassez de registros sobre essas organizações torna

*difícil precisar o número exato de grupos de mulheres lésbicas, no Brasil, mas arrisco afirmar, a partir dos informativos impressos e do levantamento em sites e dos escassos registros públicos de encontros de lésbicas, que existem cerca de 40 organizações entre as formadas somente por lésbicas e os núcleos de lésbicas nos grupos mistos (Mesquita, 2010).*

Nas últimas décadas, o movimento lésbico vem atuando através de organizações exclusivas para mulheres lésbicas e de associações que reúnem homens e mulheres com variadas identidades sexuais alternativas. A articulação com distintos grupos que lutam pelos direitos dos dissidentes da norma heterossexual afirmou-se enquanto uma importante estratégia política no enfrentamento da homofobia.

As Paradas do Orgulho Gay emergiram e se afirmaram como um dos principais instrumentos de interlocução do movimento com os segmentos mais amplos da sociedade.

No decorrer dos anos 1990, as **PARADAS DO ORGULHO GAY** emergiram e se afirmaram como um dos principais instrumentos de interlocução do movimento com os segmentos mais amplos da sociedade. Tal fenômeno não pode ser compreendido fora de um contexto sócio-histórico, no qual a atuação do Estado, do mercado e de relações internacionais, como os financiadores de determinados

### PARADAS DO ORGULHO GAY

A Parada de Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) é uma manifestação política e social de afirmação de direitos à diversidade, e de comemoração de conquistas. Ela acontece em vários países do mundo e em algumas cidades brasileiras. A Parada de São Paulo, organizada desde 1997, cresceu de 2 mil para 3 milhões e meio de participantes em 2009. A Associação da Parada de Orgulho LGBT foi fundada em 1999 para organizá-la. Hoje desenvolve projetos de formação, de prevenção das DST/Aids e de contenção da violência homofóbica. Para saber mais, acesse [www.paradasp.wordpress.com](http://www.paradasp.wordpress.com)

grupos ativistas (Fachini, 2009: 133), são preponderantes. **Com forte impacto visual e midiático, as Paradas constituem-se em uma das mais extraordinárias manifestações de massa do início deste milênio e têm se caracterizado por serem, simultaneamente, eventos lúdicos e políticos.** Elas expressam uma forma de vocalização de todo um universo: a luta contra a discriminação e os preconceitos que atingem as diferentes minorias sexuais (Carrara & Ramos, 2005: 14). Milhões de pessoas participam anualmente das Paradas em várias cidades brasileiras, com destaque para as que ocorrem nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Contudo, a ênfase dada à homossexualidade masculina nas manifestações desse movimento mais amplo contribuiu para uma relativa invisibilidade das sexualidades lésbicas.

Uma das estratégias para destacar as reivindicações específicas das mulheres lésbicas foi a criação, em 1995, do Dia Nacional da Visibilidade Lésbica – 29 de agosto. Em 2003, por ocasião do III Fórum Social Mundial, começou a se construir uma articulação no âmbito de uma oficina de visibilidade lésbica do Planeta Arco-Íris, que contou com a participação de dezenas de mulheres lésbicas e bissexuais de diversos estados brasileiros e de outras partes do Mundo. Essa articulação propiciou a formação da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) naquele mesmo ano, consolidada no XIV Encontro Nacional Feminista, em Porto Alegre. Seguindo os princípios elaborados pelas mulheres durante as discussões realizadas no V Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), em junho de 2003, a LBL conta com representantes das cinco regiões brasileiras, que são escolhidas através de plenárias com representantes estaduais. No ano seguinte foi realizado o I Encontro Nacional da LBL, na cidade de São Paulo, onde foi elaborada coletivamente uma carta de princípios da entidade.

**Em 2008, o movimento nacional deixou de se chamar GLBTT para ser denominado LGBTT: movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, ou seja, o L, que faz referência às ativistas lésbicas, passou para o início da sigla. Esta alteração por ocasião da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais do país, que contou com a presença de autoridades federais, inclusive o presidente da República, representou uma grande conquista para o movimento das mulheres lésbicas.**

Por fim, cabe destacar que os confrontos identitários no movimento de mulheres se intensificam com o surgimento das identidades travestis e transexuais, sua mobilização e organização. Apesar das controvérsias acerca das reivindicações pela participação das chamadas trans nos movimentos de mulheres, o X Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho, que aconteceu em São Paulo em 2005, incorporou-as como parte do movimento feminista.



## MOVIMENTOS DE TRABALHADORAS RURAIS

### QUAL A HISTÓRIA DAS TRABALHADORAS RURAIS?

O trabalho nas diferentes atividades da economia agrária sempre contou com a presença e a participação intensa de mulheres. No período escravocrata, esta participação referia-se, fundamentalmente, a africanas e afro-brasileiras. Segundo Sônia Giacomini (1988):

*A situação da escrava empregada no trabalho produtivo da plantation esteve necessariamente determinada pela sua condição de "coisa", propriedade do senhor. Mas a esta condição, compartilhada com o homem escravo, soma-se a particularidade advinda do fato de serem mulheres, isto é, ocupar um papel privilegiado na reprodução biológica [...] (Giacomini, 1988: 24).*

Há poucas informações acerca de possíveis articulações entre trabalhadores/as africanos/as e afro-brasileiros/as escravizados/as e livres, que correspondiam à maior parte da mão-de-obra no período colonial brasileiro. Mas há registros de associações que visavam suprir necessidades de assistência aos/às trabalhadores/as escravizados/as. Tais grupos facilitavam também as fugas, a compra de alforrias, as revoltas e outras estratégias voltadas para a conquista da liberdade.

Com as políticas de imigração e importação de trabalhadores/as europeus e japoneses e a consequente expulsão de grandes contingentes negros das áreas rurais, novas configurações do trabalho rural surgem, requisitando outras formas de organização e de mobilização por melhores condições de trabalho. Tais transformações resultam na conquista pelos/as trabalhadores/as rurais do direito de associação, através do Decreto Nº 979, de 6 de janeiro de 1903, que facultava "aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses"<sup>1</sup>. Este decreto foi revogado em 1933.

Apesar da modernização das relações do trabalho conquistada no Brasil durante o século XX, a instituição de direitos sociais e trabalhistas e o direito à sindicalização só alcançaram as categorias rurais em 1963.

Um importante marco da organização dos/as trabalhadores/as rurais foi a criação das Ligas Camponesas, em 1950. "As Ligas Camponesas tiveram papel importante ao denunciar as violências que enfrentavam os(as) trabalhadores(as) do e no campo e ao pautar o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária" (Silva, 2008).

As Ligas assinalaram a emergência de um processo intenso de conflitos no campo, situação que permanece nos dias de hoje. Violentemente perseguidas e marcadas por disputas internas nas úl-

–  
1.

A íntegra do Decreto, está disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103710/decreto-979-03>. Acesso em 22/03/2010.



timas décadas, as Ligas deram lugar a três grandes organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais de âmbito nacional: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), fundada em 1963; o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984; e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF), em 2004.

Desde as primeiras associações de trabalhadores/as no campo, **as mulheres participaram das lutas por direitos, melhores condições de trabalho e acesso aos meios de produção**. Mas sobretudo após a greve dos 100 mil trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco, em 1979, é que as mulheres do campo passam a ser protagonistas de primeiro plano (Schumacher & Vital, 2000). É nesse período que elas **surgem como segmento específico, tanto no interior dos movimentos rurais quanto no do movimento feminista**, com o intuito de elaborar estratégias de combate à exploração dos/as trabalhadores/as rurais, com ênfase nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

Na trajetória do movimento, sobressaem lideranças feministas, como Elizabeth Teixeira, que teve sua história de luta contada no filme **CABRA MARCADO PARA MORRER**, e Margarida Alves, cuja trajetória inspirou a mobilização nacional de trabalhadoras rurais, conhecida como ***Marcha das Margaridas***, já citada neste curso.

Além da Marcha das Margaridas, dois eventos anteriores, na década de 1990, foram fundamentais para a consolidação do movimento das trabalhadoras rurais: o Seminário Nacional das Trabalhadoras Rurais e o I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (Schumacher & Vital, 2000). Estes eventos marcaram a inclusão de propostas dos diferentes segmentos das trabalhadoras rurais na agenda política do movimento de trabalhadores/as, com especial destaque para a urgência da inclusão política feminina em espaços de decisão nos sindicatos, nas federações e nas centrais sindicais.

#### **CABRA MARCADO PARA MORRER**

(Brasil, 1984). Direção: Eduardo Coutinho. 120 min., Globo Vídeo.

A produção de *Cabra Marcado para Morrer* teve início em fevereiro de 1964 e se propunha a contar a história política do líder da liga camponesa de Sapé (Paraíba), João Pedro Teixeira, assassinado em 1962. Com o golpe de 31 de março, as forças militares cercam a área onde o filme estava sendo produzido, interrompendo as filmagens, que só foram retomadas 17 anos depois. O diretor Eduardo Coutinho volta à região e reencontra a viúva de João Pedro, Elisabeth Teixeira, que até então vivia na clandestinidade.

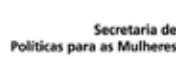
A agenda do movimento das trabalhadoras rurais tem como enfoque principal os direitos de cidadania; o problema da violência intrafamiliar; o tema do desenvolvimento sustentável; e a luta pela soberania alimentar.

Atualmente, a agenda do movimento das trabalhadoras rurais tem como enfoque principal os direitos de cidadania – **a representação política das mulheres nas organizações do Estado e da sociedade civil**; o problema da violência intrafamiliar; o tema do desenvolvimento sustentável; e a luta pela soberania alimentar entendida como **garantia do direito dos povos a comer, cultivar, comercializar e preparar alimentos com autonomia**, de modo a atender às suas necessidades locais.



## GLOSSÁRIO

**Marcha das Margaridas** – é uma ação estratégica das trabalhadoras rurais que acontece desde 2000, visando garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta. É um processo amplo de mobilização em todos os estados do país, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais: Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) em parceria com Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas. O Movimento recebeu este nome em homenagem à ex-líder sindical paraibana Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 por latifundiários.





## MOVIMENTOS DE TRABALHADORAS URBANAS

QUAL A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO DE TRABALHADORES/AS?  
FIZERAM MAIS QUE DAR APOIO ÀS GREVES DOS COMPANHEIROS?  
COMO O SETOR INDUSTRIAL TEM ABSORVIDO A MÃO-DE-OBRA FEMININA?  
QUAIS OS ESPAÇOS CONQUISTADOS PELAS MULHERES NOS SINDICATOS?

### MOVIMENTO OPERÁRIO

Com o advento da industrialização no Brasil, os postos de trabalho no meio urbano foram ocupados, prioritariamente, por imigrantes e seus descendentes, particularmente os de origem europeia, como vimos no Módulo 1 deste curso na passagem sobre as leis de imigração. A inserção das mulheres nas fábricas não se deu em pé de igualdade com os homens. Com o crescimento do setor industrial, elas foram perdendo posições, sendo mantidas somente em algumas áreas e funções, como o setor têxtil, onde as mulheres se constituíram como principal mão-de-obra.

Em geral, as reivindicações giravam em torno de condições mais adequadas de trabalho, buscando romper com a intensa exploração a que eram submetidos/as os/as trabalhadores/as.

O início do século XX foi marcado pela intensa mobilização dos/as operários/as nos grandes centros urbanos, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo – ocorreram 11 greves, entre 1900 e 1910, e 258 greves, entre 1919 e 1920. Em 1906, no Rio de Janeiro, é organizado o I Congresso Operário Brasileiro. O Congresso contou com a participação de várias organizações de trabalhadores/as e assinalou a criação da Confederação Operária Brasileira. Era forte então a influência das teorias **ANARQUISTA** e **COMUNISTA**. Em geral, as reivindicações giravam em torno de condições mais adequadas de trabalho, buscando romper com a intensa exploração a que eram submetidos/as os/as trabalhadores/as.

Nesse contexto, a participação das mulheres tanto no mercado de trabalho quanto nas mobilizações operárias foi alvo de grande condenação moral, o que não impediu que elas atuassem ativamente no movimento.

### ANARQUISMO NO BRASIL

As ideias anarquistas foram trazidas para o Brasil pelos trabalhadores imigrantes. Os anarquistas eram contra qualquer tipo de governo ou ordem hierárquica compulsória. Acreditavam que os grupos humanos seriam capazes de se auto-organizarem de forma igualitária e não-hierárquica, mediante uma educação libertária. A experiência que ficou mais conhecida no país foi a Colônia Cecília, no Paraná. No início do século XX uma tendência importante foi a do anarcossindicalismo, que acreditava que os sindicatos poderiam mudar a sociedade por meio da autogestão de trabalhadores/as. A solidariedade operária e a ação direta eram princípios desses grupos. No Brasil era uma corrente majoritária entre os operários/as e provocou as grandes greves de 1917 a 1919. Várias Escolas Modernas, baseadas no ensino laico, pacífico, racional e libertário, foram fundadas no Brasil de 1909 a 1920 por iniciativa de agremiações de operários/as anarquistas, em oposição ao ensino tradicional das instituições religiosas.

## COMUNISMO NO BRASIL

O Partido Comunista Brasileiro, conhecido como Partidão, foi fundado no Brasil em 1922 com menos de 90 militantes de diferentes regiões do país. Alguns meses depois de sua fundação já tinha sido colocado na ilegalidade. Em 1927 voltou à legalidade apenas por sete meses. Em 1935, aconteceu a tentativa de golpe militar contra o governo de Getúlio Vargas, conhecida como Intentona Comunista, liderada pelo capitão do Exército e líder tenentista Luis Carlos Prestes, articulado com a Internacional Comunista e com o apoio de alguns/algumas comunistas internacionais, como Olga Benário, sua companheira. Esse movimento ocorreu à revelia da direção do Partido em Natal, Recife e Rio de Janeiro. A insurreição foi derrotada e a repressão aos/às comunistas preparou o terreno para o golpe de 1937, liderado por Getúlio, e que culminou no Estado Novo. Os/as dirigentes foram presos/as e o Partido começou a se reorganizar clandestinamente, apenas em 1941.

Em 1945 voltou à legalidade e os/as presos/as políticos/as, entre eles/as Prestes, foram anistiados/as. Nas eleições elegeu 14 deputados federais e Prestes como senador. Em 1947, com aproximadamente 200 mil filiados/as, o Partido foi novamente cassado, assim como seus/suas políticos/as e em 1960 fez uma campanha por sua legalidade. Com o golpe militar, o Partido Comunista Brasileiro teve vários de seus líderes e militantes presos/as, torturados/as e mortos/as, tais como Carlos Marighella, Vladimir Herzog, Manuel Fiel Filho, entre inúmeros outros/as. Com a anistia em 1979, militantes e líderes voltaram para o país. Em 1985, com o fim da ditadura militar, PCB e PCdoB voltam à legalidade.

O aumento no custo de vida, provocado pela exportação de gêneros alimentícios para os países aliados durante a Primeira Guerra Mundial, repercutiu em uma agitação social ainda maior, com greves generalizadas em vários estados brasileiros. Em 1919 ocorreu uma greve de costureiras no Rio de Janeiro e a criação da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, conhecida como “Abelhas do Luxo”. Apesar do machismo imperante no movimento operário da época, as “Abelhas do Luxo” participaram do II Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1920, tendo uma de suas lideranças presidido a cerimônia de encerramento do evento (Schumacher & Vidal, 2000).

Durante a década de 1920, acentua-se a repressão aos movimentos operários e o anarquismo entra em crise. O triunfo da Revolução Russa (1917) repercute na criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Seis anos mais tarde, é formado o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, uma das primeiras organizações sindicalistas de mulheres do Brasil. O sindicato, além de articular mulheres em todo o território nacional, integrou o Bloco Operário e Camponês – organização político-partidária que visava difundir as ideias do PCB entre os/as trabalhadores/as.

Na década seguinte, a atuação política das mulheres no movimento operário teve como desdobramento a regulamentação, ainda que incipiente, do trabalho feminino na Constituição de 1934. A Constituição estabeleceu **equivalência salarial entre pessoas que desempenhassem a mesma função, independentemente do sexo, o direito das trabalhadoras grávidas a uma licença de quatro semanas antes e após o parto, e proibiu a demissão de mulheres grávidas** (Schumacher & Vidal, 2000). Contudo, a política trabalhista de Getúlio reprimiu enormemente os esforços da classe trabalhadora por meio de artifícios, como o imposto sindical e a restrição de um único sindicato por classe profissional. Nesse contexto, houve uma centralização ainda maior das organizações sindicais nas mãos dos homens; mas mulheres continuaram a atuar na política sindical, criando departamentos femininos na estrutura dos sindicatos.

A atuação destacada e a visibilidade alcançada pelas mulheres no movimento sindical conduziram à incorporação de reivindicações suas à pauta política

Com o fim da ditadura de Vargas, o movimento operário rearticulou-se. Apesar do sexismo imperante no meio, as mulheres participaram intensamente desse processo, ocupando, inclusive, posições de liderança. Questões sobre a condição das mulheres no mercado de trabalho e no movimento sindical foram progressivamente ganhando visibilidade, até que, em 1963, o Pacto de Unidade Intersindical de São Paulo promoveu um encontro com 415 delegadas para discutir a situação da mulher trabalhadora brasileira (Schumacher & Vital, 2000). Entretanto, no ano seguinte, com o golpe militar, as atividades sindicais foram alvo de grande repressão.

No final da década de 1970, o movimento sindical brasileiro ressurgiu e sobre ele se impõem as demandas da agenda feminista. A atuação destacada e a visibilidade alcançada pelas mulheres no movimento sindical conduziram à incorporação de reivindicações específicas suas à pauta política, tais como **igualdade salarial em relação aos homens; disponibilidade de creches; jornada de trabalho de 40 horas semanais; abono de faltas quando da necessidade de levar filhos/as ao médico** etc.

Um marco de grande importância foi o I Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 1981. No I CONCLAT, as trabalhadoras denunciaram o problema das desigualdades de gênero dentro do movimento, impondo às centrais sindicais suas reivindicações e um novo discurso que contemplasse igualmente as suas questões. O encontro também representou uma vitória para as empregadas domésticas, que tiveram suas demandas introduzidas na resolução final do Congresso. Desde a década de 1960, elas lutavam por reconhecimento e para que os direitos trabalhistas contemplassem a categoria.

Nas últimas duas décadas, as mulheres avançaram enormemente na conquista de legitimidade e visibilidade no movimento sindical.

A participação das mulheres nos movimentos sindicais e, em especial, em cargos representativos ainda se dá de forma muito desigual à dos homens.

Nas últimas duas décadas, as mulheres avançaram enormemente na conquista de legitimidade e visibilidade no interior do movimento sindical. Muitas federações, confederações, centrais de trabalhadores e vários sindicatos incorporaram a seus estatutos cotas para a participação feminina – em geral, de 30%. **Elas chegaram a cargos de direção e coordenação no interior de centrais sindicais, e a maioria das centrais, hoje, possui departamentos e secretarias da mulher.** Apesar dessas conquistas, ainda persiste a discriminação de gênero tanto no mercado de trabalho quanto no interior do movimento. A

pesquisa “Ações Sindicais para a promoção de um trabalho decente para as mulheres”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgada em 2007, aponta que a participação das mulheres nos movimentos sindicais e, em especial, em cargos representativos ainda se dá de forma muito desigual à dos homens.

Em 2007, a Federação Sindical Internacional (FSI) organizou a I Conferência Internacional Sindical das Mulheres Trabalhadoras, em Bruxelas, com a participação de 95 delegadas de 62 países, entre eles o Brasil, que representaram 82 organizações sindicais. A Conferência teve como foco as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho contemporâneo, a troca de experiências entre as participantes e a necessidade de promover a equidade de gênero, a luta em oposição às formas de opressão e violência contra a mulher (dentre elas, a violência sexual) e contra a exploração do trabalho infantil. Assim, **apesar das dificuldades, as mulheres continuam a angariar espaços nos processos de decisão e reivindicação no mundo do trabalho através de articulações com trabalhadoras de diferentes categorias profissionais**. Nesse sentido, o diálogo internacional é uma ferramenta estratégica para obter o apoio de agências internacionais capazes de influenciar as ações políticas locais.

### TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

O trabalho doméstico, como vimos, é um dos setores da economia que mais empregam mulheres no Brasil, principalmente mulheres negras. Mas apenas no final da década de 1970 o trabalho doméstico foi oficialmente considerado uma ocupação profissional. E ainda hoje padece de condições precárias e baixa proteção, constituindo-se em uma dimensão reveladora da sinergia dos mecanismos de exclusão social, entre gênero e raça/etnia presentes no país.

Apenas no final da década de 1970 o trabalho doméstico foi oficialmente considerado uma ocupação profissional. E ainda hoje padece de condições precárias e baixa proteção.

O movimento de trabalhadoras domésticas surge no Brasil ainda no início do século XX. A primeira associação foi fundada em 1936, na cidade de Santos. Uma de suas principais articuladoras, Laudelina de Campos, era também uma ativista de destaque na Frente Negra Brasileira (FBN). Laudelina iniciou sua militância aos 16 anos e participou também da Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas de Campinas. Em 1964, a ditadura militar fechou a associação. Entretanto, outras associações de empregadas domésticas surgiram no período em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a colaboração da própria Laudelina e, em 1968, foi realizado o I Congresso Nacional da categoria.

Laudelina atuou na resistência ao regime militar, tendo sido membro do Partido Comunista e do Partido dos Trabalhadores, chegando a ser presa em razão da militância. Em 1972, ela participou da conquista do direito à carteira assinada, férias remuneradas e previdência social para as empregadas domésticas. Após um período de afastamento da direção da associação de Campinas, Laudelina retornou em 1982, participando de sua transformação em Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas e de sua filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em 1985, o movimento das trabalhadoras domésticas instaurou o Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas. A força de sua mobilização se fez sentir no artigo 7º da Constituição de 1988, na qual lhes foram garantidos direitos assegurados a outros/as trabalhadores/as, inclusive o direito de integração à Previdência Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No mesmo ano, o movimento se fez presente no I Congresso Latino-Americano e Caribenho. O encontro marcou a filiação do Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas à Confederação Latino-Americana e Caribenha de Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO). Nesse contexto, inúmeras associações de trabalhadoras domésticas transformaram-se em sindicatos. Como resultado da maior integração do movimento, em 1997 foi constituída a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e, no ano seguinte, a entidade vinculou-se à CUT.

Segundo dados da FENATRAD, atualmente há 3 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil, mas somente 300 mil possuem registro na carteira profissional.

As reivindicações das empregadas domésticas têm se dirigido não apenas ao acesso e à efetivação de direitos trabalhistas, a melhores salários e benefícios, mas também à melhoria das condições de trabalho, que muitas vezes envolvem violência e discriminação; ao combate ao trabalho infantil; à defesa do direito à moradia, já que residir no local de trabalho, muitas vezes, é requisito para a obtenção de emprego, condição que gera inúmeros transtornos familiares e torna-as vulneráveis à exploração por patrões e patroas.

Segundo dados da FENATRAD, atualmente há 3 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil, mas somente 300 mil possuem registro na carteira profissional. Esta estimativa revela a intensa exploração da categoria ainda hoje no país. No ano de 2009, trabalhadoras domésticas brasileiras se reuniram com representantes das trabalhadoras domésticas da Bolívia, da Guatemala e do Paraguai para elaborar a proposta de uma convenção internacional para a regulamentação do trabalho doméstico. O encontro faz parte dos preparativos das mulheres para a 99ª Conferência Internacional do Trabalho, a ser realizada em Genebra, em 2010. Busca-se, assim, a construção de instrumentos que coloquem o trabalho doméstico em pé de igualdade com outras categorias profissionais, de modo a consolidar e a expandir os direitos conquistados pela categoria.

## TRABALHADORAS DO SEXO

*O termo prostituta não é usado para referir um grupo ocupacional que ganha a vida fornecendo serviços sexuais. É usado como descrevendo uma categoria de mulheres que ameaça a saúde pública, a moral, a estabilidade social e cívica.*

*(Manifesto das trabalhadoras sexuais 1ª Conferência Nacional de Trabalhadoras Sexuais na Índia, Calcutá, 14-16/11/1997).<sup>1</sup>*

–

1.

Tavares, Manuela. Prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista, s/data.



O trabalho sexual está longe de ter as mesmas prerrogativas das demais formas de trabalho no Brasil e no mundo. Afetado por um conjunto de questões morais, legais, higienistas e religiosas, ele apresenta uma das faces mais intensas das desigualdades de gênero, da desvalorização das mulheres e da desqualificação de sua participação no mundo do trabalho. O conjunto de contradições, desqualificações e condenações morais também esteve, e ainda está, presente no interior do movimento de mulheres, no qual a participação de organizações de trabalhadoras do sexo continua a se dar de forma periférica e instável.

O termo prostituta não é usado para referir um grupo ocupacional que ganha a vida fornecendo serviços sexuais. É usado como descrevendo uma categoria de mulheres que ameaça a saúde pública, a moral, a estabilidade social e cívica.

A tendência em considerar as trabalhadoras do sexo vítimas da dominação masculina faz parte de toda a história de interação destas trabalhadoras com os demais movimentos brasileiros de mulheres. **Predomina a perspectiva de que a prestação de serviços sexuais é uma forma de subordinação que potencializa a vitimização das mulheres**, e não uma modalidade de ocupação profissional.

**O movimento das trabalhadoras do sexo tem buscado desconstruir essas representações sobre o trabalho sexual feminino**, afirmando o direito de comercializar o próprio corpo. Nas palavras de uma das lideranças, no Brasil e na América Latina, de maior destaque do movimento, Gabriela Leite: “Gostem ou não gostem as feministas, se todo mundo no Rio de Janeiro – camelô, garçom, dono de bar, dono de loja – ganha dinheiro com turismo em Copacabana, a prostituta também pode ganhar o seu”.<sup>2</sup>

O movimento das trabalhadoras do sexo articulou-se no Brasil na década de 1980, em um contexto em que distintas vertentes começavam a surgir no movimento feminista. **A epidemia de HIV/AIDS, que atingiu fortemente a categoria, acirrou o estigma social que recai sobre estas trabalhadoras**. A classificação como segmento prioritário de intervenção no enfrentamento da epidemia, ao lado dos/as homossexuais, **impulsionou esta articulação, conferindo visibilidade às suas demandas**.

Ainda na década de 1980 foi criada a Rede Nacional de Prostitutas, vinculada ao movimento internacional. Desde então, a Rede tem promovido ações voltadas para o reconhecimento profissional e para a melhoria das condições de trabalho. Nesse cenário, busca-se o diálogo com as diferentes vertentes do movimento de mulheres – em especial, com o movimento feminista – visando, de um lado, articular possíveis alianças e, de outro, problematizar a perspectiva predominante de vitimização das trabalhadoras do sexo nos discursos dos demais movimentos de mulheres.

–

2.

Leite, Gabriela. Entrevista a Ailton Magioli, disponível em [http://www.new.divirta-se.uai.com.br/html/sessao\\_7/2009/04/19/ficha\\_agitos/id\\_sessao=7&id\\_noticia=10209/ficha\\_agitos.shtml](http://www.new.divirta-se.uai.com.br/html/sessao_7/2009/04/19/ficha_agitos/id_sessao=7&id_noticia=10209/ficha_agitos.shtml) Acesso em 22/03/2010.

A OIT lançou um relatório em que destacou a necessidade de reconhecimento e regulamentação do trabalho sexual, dadas as suas dimensões globais.

Em 1998, a OIT lançou um relatório em que destacou a necessidade de reconhecimento e regulamentação do trabalho sexual, dadas as suas dimensões globais. Acrescente-se que **a regulamentação é uma forma de combater violações aos direitos dessas mulheres, como sua exploração pelo crime organizado e o tráfico sexual**. As tentativas de avançar o debate sobre o tema no Legislativo brasileiro não têm sido bem-sucedidas.



## MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS

### AUTODECLARAÇÃO DE INDÍGENAS NAS PESQUISAS POPULACIONAIS

No ano 2000, o IBGE contou 734.127 indígenas residentes, e no censo de 2005 registrou um crescimento dos/as autodeclarados/as indígenas. Estes e outros dados você pode encontrar no site da FUNAI.

<http://www.funai.gov.br/>

Sob a designação genérica indígena, reúnem-se atualmente no Brasil 225 povos com identidades culturais próprias e individualizadas. Segundo informações disponibilizadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão governamental encarregado do acompanhamento desta população, este número faz referência exclusivamente a povos aldeados já contatados. De acordo com a FUNAI, há cerca de 100 a 160 mil indígenas vivendo fora das aldeias. Acrescenta-se que há 63 referências a grupos indígenas ainda

não contatados. Deste modo, estima-se que a população indígena em território brasileiro esteja entre 560 e 650 mil pessoas, correspondendo a 0,25% da população nacional. Se este percentual pode parecer baixo, o IBGE aponta que cresce a **AUTODECLARAÇÃO DE INDÍGENAS NAS PESQUISAS POPULACIONAIS** no país. As mulheres representam cerca de 50,23% desse contingente populacional.

O IBGE aponta que cresce a autodeclaração de indígenas nas pesquisas populacionais no país. As mulheres representam cerca de 50,23% desse contingente populacional.

Ainda hoje, são poucas as fontes bibliográficas relativas à articulação política de mulheres indígenas e sua história. Obter registros sobre a atuação dessas mulheres em defesa de seus direitos e dos seus povos, em períodos anteriores à década de 1980, é como “procurar agulha em palheiro”. Os poucos dados encontrados afirmam que as indígenas da região amazônica foram pioneiras na articulação de movimentos específicos de mulheres indígenas, com a criação nos anos 1980 da Associação das Mulheres Indígenas de Taracúá, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT) e da Associação das Mulheres Indígenas

do Alto Rio Negro (AMARN). O foco da AMARN tem sido a luta contra a exploração das trabalhadoras domésticas indígenas.

No mesmo período, Eliane Potiguara fundou a Rede GRUMIN de Mulheres Indígenas. De acordo com o site da organização, “o GRUMIN surgiu filosoficamente em 1979, tomou corpo físico a partir de 1982 e formalizou-se juridicamente em 1987”.<sup>1</sup>

A vida difícil, marcada pela discriminação e pelas violências de que foi vítima sua família, pobre e desaldeada, conduziu Eliane a resgatar suas raízes indígenas, tendo visitado inúmeras comunidades por todo o país (Potiguara, 2002). Ao constatar que trajetórias como a de sua avó e de sua mãe eram comuns entre as **MULHERES INDÍGENAS**, dedicou-se a mobilizar as mulheres da etnia Potiguar para lutarem contra a opressão dos povos e das mulheres indígenas.

A partir das articulações estabelecidas em encontros regionais, o grupo se ampliou, abrangendo mulheres de várias etnias.

1. Disponível em <http://www.grumin.org.br/historico.htm>

**MULHERES INDÍGENAS**

Em <http://www.grumin.org.br/historico.htm> você encontra notícias sobre articulações, parcerias, participações, observatório e histórias de vida de mulheres indígenas.

Contudo, foi apenas na década de 1990 que o movimento das mulheres indígenas ganhou visibilidade. Multiplicaram-se associações pelo país (Sachi, 2003), a maior parte delas localizada nos estados de Amazonas, Acre, Roraima e Mato Grosso. As mulheres indígenas começaram também a se fazer presentes de modo cada vez mais significativo no interior das organizações indígenas mistas e a participar de en-

contros e reuniões nacionais e internacionais. Pode se aventar que o caráter recente desse protagonismo feminino nas lutas pelos direitos dos povos indígenas decorre da resistência enfrentada por elas dentro do próprio movimento indígena, tradicionalmente comandado pelos homens (Paula, 2008). Apenas nos anos 1990 houve a institucionalização do enfrentamento das desigualdades de gênero no movimento indígena brasileiro (Sacchi, 2005).

O caráter recente desse protagonismo feminino nas lutas pelos direitos dos povos indígenas decorre da resistência enfrentada por elas dentro do próprio movimento indígena, tradicionalmente comandado pelos homens

Em 2001 se deu a inclusão de um setor dedicado aos interesses das mulheres na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), durante a realização da VII Assembleia Geral da COIAB – dez anos após sua fundação. Na ocasião, a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM) foram incumbidas de articular a formação do Departamento das Mulheres Indígenas (DMI), oficializado um ano mais tarde com o I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia (Paula, 2008). A criação do DMI corroborou uma maior integração regional entre as mulheres da região, conferindo-lhes visibilidade e legitimando sua demanda por políticas públicas específicas.

O Foro Internacional de Mujeres Indigenas, realizado em Lima, Peru, em 2008, foi um marco na construção e na promoção de uma agenda política voltada para os direitos das mulheres indígenas e o seu diálogo com movimentos internacionais.

Em 2007, grandes encontros regionais de mulheres também foram organizados pela Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime) e pela Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul) (Paula, 2008). Esses encontros, para promover o diálogo entre mulheres indígenas de distintas nações e aldeias, contou com a participação de mulheres de outras regiões do país. Cabe destacar que nesse período 30% das aldeias no Nordeste eram chefiadas por mulheres, enquanto em outras regiões esse percentual não ultrapassava 5% (Verdun, 2008).

A participação do movimento de mulheres indígenas brasileiras no Foro Internacional de Mujeres Indigenas, realizado em Lima, Peru, em 2008, foi um marco na construção e na promoção de uma agenda política voltada para os direitos das mulheres indígenas e o seu diálogo com movimentos internacionais.

O encontro privilegiou a elaboração de estratégias para mobilizar e sensibilizar a opinião pública para as lutas das mulheres indígenas e para angariar o apoio de órgãos nacionais e internacionais. Nesse sentido, além de projetos de capacitação e consolidação das associações de mulheres indígenas, houve o reconhecimento da necessidade de elas terem espaço no âmbito dos organismos governamentais.

No âmbito familiar, as principais questões do movimento das mulheres indígenas têm sido a violência intrafamiliar; o alcoolismo; e a assimetria de gênero.

**A agenda política do movimento de mulheres indígenas** tem se voltado para a urgência na **defesa de seus territórios; a denúncia das formas de opressão e exclusão social** dos povos indígenas; o **combate ao conjunto das violências** sofridas pelas mulheres indígenas e seus povos; a **defesa do meio ambiente e de seu patrimônio genético e ancestral; a condição dos/as indígenas que vivem em centros urbanos; e as relações de subordinação de gênero, raça e etnia.** No âmbito familiar, as principais questões têm sido a **violência intrafamiliar; o alcoolismo; e a assimetria de gênero.** O movimento tem denunciado e confrontado:

*os matrimônios forçados, a prática de doar filhas a outras famílias, a frequente violência doméstica, a violação das meninas, o despojo de suas propriedades, o limitado acesso das mulheres à propriedade da terra e outras formas de supremacia masculina (Verdun, 2008: 12).*

Um bom exemplo da complexidade dos desafios enfrentados por essas mulheres é o impacto negativo que muitas políticas sociais voltadas para as populações indígenas têm sobre a condição das mulheres indígenas. Este problema foi ressaltado por algumas ativistas no documento *Uma Proposta de Diretrizes e Políticas Públicas para as Mulheres Indígenas*:

*Se, por um lado, alguns projetos entraram nas comunidades reforçando o papel das mulheres e ampliando as tarefas e as responsabilidades femininas, por outro lado, a negociação com as instituições estatais e as organizações não-governamentais veio a montar-se sobre o papel ancestral dos homens como a categoria social encarregada da guerra, da caça e dos contatos com as aldeias vizinhas, o mundo em volta. Com isso, o espaço de atuação masculina tradicional desdobrou-se em novas tarefas que têm como consequência o inchaço do prestígio e do poder masculinos, produzindo um desequilíbrio nas relações de gênero costumeiras. As mulheres são claras ao referir-se a este fenômeno e ao acusar o seu baixíssimo perfil ou franca ausência nos círculos onde o interlocutor é o Estado ou outras agências de proteção e fomento (Segato, 2003: 33).*

Este quadro aponta principalmente para a necessidade de se buscarem convergências e colaborações sobre as diferentes perspectivas culturais.





## MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

**QUANDO COMEÇA A ARTICULAÇÃO E A MOBILIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS COMO SUJEITOS POLÍTICOS SINGULARES?**

**COMO A ATUAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS TEM CONTRIBUÍDO PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E DE RAÇA?**

Para responder a estas questões é importante reconhecer a convergência, na produção identitária das mulheres negras, de um elemento fundamental, a *raça*, compreendida como marcador de relações sociais de hierarquização de pessoas e povos segundo características fenotípicas (a cor da pele), ou de ascendência (neste caso, a ascendência africana, vinculada à experiência da escravidão). Da mesma forma que o conceito de gênero busca romper com crenças em determinismos biológicos para denunciar a hierarquização dos sexos, a raça se desloca de visões que advogam inferioridade biológica para denunciar a hierarquização baseada no racismo. É a partir do confronto ao racismo e suas expressões generificadas, ou seja, com formas de incidência diferenciada sobre homens e mulheres, que as mulheres negras desenvolvem suas lutas. É impossível separar as dimensões de raça e de gênero da experiência de ser mulher negra, pois

*[...] esta seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida "através" do gênero) e de ser mulher (vivida "através" da raça), o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras – luta contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas, uma não existe sem a outra (Bairros, 1995: 461).*

o conceito de raça se desloca de visões que advogam inferioridade biológica para denunciar a hierarquização baseada no racismo.

No Módulo 3 haverá duas unidades para recuperar o processo histórico da produção das desigualdades raciais no Brasil e da luta dos Movimentos Negros e de Mulheres Negras, porém, aqui destacaremos questões essenciais para a compreensão da atuação das mulheres negras nos diferentes momentos da história, ora contrapondo-se a outros movimentos sociais, ora articulando-se com eles.

Com o fim do regime escravocrata, o debate sobre a identidade nacional desenvolvido pelos grupos dominantes, especialmente com a instauração da República, reforçaram perspectivas racistas e eugenistas que advogam a inferioridade genética de negros/as e indígenas; são instaurados obstáculos concretos à inclusão dos "novos cidadãos", recém-libertos. Assim, nos primeiros anos pós-abolição, as mulheres negras buscaram, principalmente, garantir condições de permanência e sobrevivência para os/as negros/as.

Nas primeiras décadas do século XX, surgem organizações negras em todo o país, a maioria delas formada por homens e mulheres, como a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, criada na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, no ano de 1908.

As associações desempenharam o papel de produtoras de uma identidade coletiva para os/as negros/as em oposição aos brancos/as (Domingues, 2007: 348).

Na década de 1930 inicia-se o primeiro ciclo de mobilização do Movimento Negro, marcado pela fundação da **FRENTE NEGRA BRASILEIRA**, em 16 de setembro de 1931, na cidade de São Paulo (Domingues, 2007). A Frente foi a principal instância de disseminação de ações políticas antirracistas na primeira metade do século XX, com foco na inclusão social do negro. Domingues (2007), um dos ex-dirigentes da FNB, estima que a organização tenha reunido entre 25.000 e 30.000 afiliados em todo o território nacional. Ainda que esta estimativa possa não ser exata, é certo que a FNB obteve grande repercussão. Seus princípios e métodos rapidamente se expandiram pelo território nacional, sendo possível encontrar filiais em vários estados, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Por sua capacidade de mobilização, suas lideranças foram recebidas pelo presidente Getúlio Vargas.

### FRENTE NEGRA BRASILEIRA

A Frente Negra Brasileira foi fundada em São Paulo em 1931 e durou até 1937, tornando-se partido político em 1936. Foi uma das mais importantes entidades de negros/as no campo sociopolítico de caráter nacional. A Frente tinha delegação no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e outros. Sua organização era centralizada na figura de um “Grande Conselho” de 20 membros, contando com um presidente e milhares de associados e simpatizantes. A FNB teve uma atuação destacada na luta contra a discriminação racial, tendo sido, por exemplo, responsável pela inclusão de negros na Força Pública de São Paulo. Depois dos êxitos obtidos, a FNB resolveu constituir-se como partido político, mas terminou com a decretação do Estado Novo, quando os partidos foram declarados ilegais e dissolvidos.

No que se refere à participação feminina no movimento, Francisco Lucrécio, um antigo integrante da FNB, reconhece que “[as mulheres negras] eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte era de mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo o movimento” (Lucrécio apud Domingues, 2007: 106).

O apoio financeiro da entidade, por exemplo, vinha predominantemente dos bailes organizados por um grupo de mais de 30 mulheres (as Rosas Negras), sob a liderança de Benedita da Costa. Dado o papel fundamental que as mulheres desempenhavam no interior da Frente Negra, questões relacionadas à condição social das mulheres negras despertavam grande interesse (Schumacher & Vital, 2007). Contudo, embora as mulheres participassem ativamente das reuniões e dos debates da organização, elas permaneciam em uma posição subordinada: os cargos de decisão eram ocupados pelos homens. “Nenhuma das frentenegrinas, por exemplo, compôs o ‘Grande Conselho’ (instância máxima da FNB)” (Domingues, 2007: 358).

Acrescente-se que **discursos públicos de lideranças da associação demonstram sua adesão a concepções conservadoras acerca das relações de gênero**, o que implicava a vinculação das mulheres à esfera doméstica e sua orientação para as atividades recreativas e assistencialistas da entidade – consideradas menos importantes pelos homens. Esse cenário manteve-se até a instauração do **ESTADO NOVO**, quando as atividades da FNB foram encerradas.

**ESTADO NOVO (1937-1945)**

Pouco antes das eleições presidenciais de 1938, em que os dois candidatos apoiavam a Revolução de 1930, o governo do presidente Getúlio Vargas denuncia um suposto plano de comunistas que pretendiam tomar o poder. Com base nessa denúncia, Getúlio Vargas dá um golpe de Estado, que já estava sendo preparado e articulado há algum tempo, e instaura uma ditadura. O Congresso Nacional é fechado, extintos os partidos políticos, outorgada uma nova Constituição, nomeados interventores para governarem os estados. Nessa época, há um grande impulso na industrialização do país e são criadas várias leis que regulamentam as relações de trabalho. Para saber mais: Carone, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Difel/Difusão Editorial AS, 1977.

<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=53> Acesso em 24/03/2010.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado\\_Novo\\_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_(Brasil)) Acesso em 24/03/2010.

Somente com o fim do Estado Novo, na segunda metade da década de 1940, o movimento negro volta a se articular. Nesse período, surge uma experiência inovadora: o Teatro Experimental do Negro (TEN). Considerado um dos pilares da luta pelo fim das desigualdades raciais no Brasil, o TEN inaugurou uma nova forma de intervenção social e privilegiou a construção de diferentes percepções sobre os/as negros/as pela valorização e pelo resgate da cultura africana e afro-brasileira (Schumacher & Vital, 2007). Além das artes cênicas, o TEN desenvolvia atividades educacionais, como aulas de alfabetização para homens e mulheres negros.

O Conselho Nacional das Mulheres Negras foi um dos “braços” do TEN, dedicando-se especificamente às questões relacionadas aos direitos das mulheres e à infância.

Em 1950, o TEN organizou o primeiro Congresso do Negro Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro. O evento contou com a participação de ativistas e acadêmicos/as. As mulheres associadas à entidade fizeram notar sua presença, com destaque para lideranças, como as de Ruth de Souza, Guiomar Ferreira de Barros e Maria de Lurdes Vale Nascimento. Maria de Lurdes, coordenadora do departamento feminino do TEN, foi uma das conferencistas do evento, tendo focado em seu discurso o problema da prostituição. No mesmo ano, ela liderou a formação de um movimento específico de mulheres negras, propiciando a constituição do Conselho Nacional das Mulheres Negras. O Conselho foi um dos “braços” do TEN, dedicando-se especificamente às questões relacionadas aos direitos das mulheres e à infância. **A entidade contava com um departamento jurídico para ajudar a população negra a cumprir com requisitos básicos de cidadania, como a obtenção de certidão de nascimento e carteira de trabalho** (Schumacher & Vital, 2007).

Por toda a década de 1950, multiplicaram-se clubes e associações de homens e mulheres negros, como a Associação Cultural do Negro (ACN/SP) e o Aristocrata Clube (SP). Mas com o golpe militar de 1964, a intensa repressão do Estado aos movimentos sociais implicou uma desarticulação das mobilizações antirracistas.

Nesse período, importantes lideranças do movimento negro, como Abdias do Nascimento (fundador do TEN), buscaram o exílio. Foi somente no final dos anos de 1970 que o movimento negro ganhou fôlego novamente.

Durante a década de 1980, foram criadas várias associações exclusivas de mulheres negras, voltadas não apenas para a luta contra o racismo, mas também contra o sexismo. Foram estabelecidos amplos fóruns específicos de discussões programáticas e de instâncias nacionais organizativas de mulheres negras, articulando redes de atuação no campo da cultura, da política e da educação (Carneiro, 2003). Como já apontado, a Segunda Onda do feminismo no Brasil caracteriza-se por conflitos e confluências de estratégias e agendas entre as organizações de mulheres negras e do movimento feminista.

**Em 1988**, na cidade de Valença (RJ), ocorreu o **I Encontro Nacional de Mulheres Negras**, que contou com a participação de cerca de 400 mulheres negras de 19 estados brasileiros. A preparação para o evento envolveu a realização de seminários estaduais para a elaboração de uma pauta de discussão. O objetivo era refletir e criar formas organizativas para a luta das mulheres negras em face do cenário social da época, bem como analisar as estratégias empreendidas até então, principalmente contra o racismo e o sexismo. No encontro foram abordados variados **temas considerados relevantes pelas mulheres negras, como racismo, saúde da população negra, educação, mercado de trabalho, mobilização política, sexualidade, cultura**, entre outros.

Em 1992, foi realizado o primeiro Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, na República Dominicana. No Encontro foi fundada a Rede Afrolatinamericana y Afrocaribeña de Mujeres, com o objetivo de promover e fortalecer as associações e os movimentos de mulheres negras, visibilizando a condição das mulheres negras nas sociedades latino-americanas. Ademais, durante o evento, o dia 25 de julho foi proclamado Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe.

Uma preocupação em especial tem sido ampliar a participação política dessas mulheres e recuperar registros de sua atuação nos movimentos sociais e políticos que marcaram a história brasileira

Os encontros tornaram-se marcos do processo organizativo das mulheres, mas não foram os únicos espaços de reflexão e articulação. O movimento de mulheres negras ampliara sua participação em diversos outros movimentos sociais, no intuito de alargar a luta contra o racismo. Assim, o movimento tem buscado questionar sobre todas as relações de opressão e de desigualdade que afetam as mulheres negras e intervir nelas. Uma preocupação em especial tem sido ampliar a participação política dessas mulheres e recuperar registros de sua atuação nos movimentos sociais e políticos que marcaram a história brasileira, tais **como as lutas contra as precárias condições de trabalho, a escravidão, a intolerância religiosa, a violência, pela independência, pelo direito ao voto, e pela cidadania plena para as mulheres**. Esse novo direcionamento da agenda política do Movimento de Mulheres Negras potencializou as ações das organizações de mulheres negras, dando maior

visibilidade às suas demandas e proposições nos âmbitos nacional e internacional.

Nesse contexto, a construção da identidade da mulher negra passa a envolver a busca por referenciais identitários que remontam ao passado africano e diaspórico. O trecho abaixo é ilustrativo do modo como a identidade das mulheres negras se constrói nesses novos discursos políticos:

*[...] as diferentes possibilidades a que as mulheres negras recorrem, os diferentes repertórios ou pressupostos de (auto) identificação ou de identidade, de organização política. Tais possibilidades partem deste reconhecimento: **estamos diante de diferentes agentes históricas e políticas – as mulheres negras – intensas como toda diversidade.** Entre estes repertórios estão alguns mitos sagrados presentes no Brasil desde que a diáspora africana foi criada. Estes referem-se a figuras femininas que atuaram e ainda atuam como modelos, como condutores de possibilidades identitárias para a criação e a recriação de diferentes formas de feminilidade negra (Werneck, 2008).*

Em 2000, as organizações brasileiras de mulheres negras e outros grupos de mulheres fundam a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) como parte do processo preparatório para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001). A AMNB teve como principal objetivo **articular as mulheres negras em torno do debate acerca do papel do Estado na elaboração de políticas públicas capazes de enfrentar o racismo e suas consequências específicas para as mulheres.** Na esfera internacional, foi estabelecida a Alianza Estratégica Afro-latino americana e Caribeña pró III Conferência Mundial del Racismo. Em 2001, outras organizações e lideranças do movimento de mulheres negras, organizadas em fóruns estaduais, consolidaram a fundação do Fórum Nacional de Mulheres Negras. **A Conferência de Durban (2001), entre seus resultados, consagrou a utilização do termo “afrodescendente” nas Nações Unidas,** como designativo de um grupo de pessoas vítimas do racismo, e reconheceu a urgência de políticas públicas para eliminar as desvantagens sociais enfrentadas pelas populações afrodescendentes em todo o mundo, sobretudo pelas mulheres e pelas crianças negras (Carneiro, 2002).

A Conferência de Durban (2001) reconheceu a urgência de políticas públicas para eliminar as desvantagens sociais enfrentadas pelas populações afrodescendentes em todo o mundo, sobretudo pelas mulheres e pelas crianças negras

Em 21 de março de 2003 foi criada a Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em reconhecimento às lutas do Movimento Negro Brasileiro. No ano seguinte, durante a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, as organizações de mulheres negras reafirmaram o papel político da AMNB, definindo como seu principal objetivo:

*Promover ação política articulada de ONGs de mulheres negras brasileiras, na luta contra o racismo, o sexismo, a opressão de classe, a **homofobia** e outras formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e a construção de uma sociedade igualitária.*<sup>1</sup>

1.

Website da Articulação das Mulheres Negras do Brasil: <http://www.amnb.org.br>. Acesso em 03/01/2010.

A partir das estratégias empreendidas e dos compromissos assumidos pelo país nas Nações Unidas, o movimento de mulheres negras passou a atuar fortemente nas esferas municipal, estadual e federal para a construção de políticas públicas com foco em **questões como a desigualdade entre negros/as e brancos/as no mercado de trabalho e no acesso à educação; a violência simbólica contra a população negra representada pela estética da “branquitude”; o reconhecimento das especificidades étnico-raciais nas políticas de saúde pública; a naturalização do racismo e do sexismo na mídia;** entre outras.

A partir dos compromissos assumidos nas Nações Unidas, o movimento de mulheres negras atua nas esferas municipal, estadual e federal para a construção de políticas públicas

Nos últimos anos, a busca por alianças estratégicas com outros movimentos de mulheres, conduziu a uma aproximação do movimento de mulheres negras, em especial, com movimentos que desenvolveram trajetórias semelhantes de confronto ao racismo e seus impactos sobre as mulheres, como o movimento de mulheres indígenas. Esta aproximação é retratada pela ativista indígena Dirce Veron, por ocasião do lançamento da Aliança de Parentesco entre mulheres indígenas e negras na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004):

*Nós, mulheres indígenas, somos a mãe da terra. Acordamos e saímos detrás do cocar dos nossos maridos e caciques, não para estar na frente deles, mas ao lado. Queremos acesso à educação, à saúde e muitas outras coisas, como a demarcação de nossas terras. Estamos fazendo aqui o papel que cabia aos líderes indígenas. Eles não souberam fazer direito. Nós, agora, vamos ensinar a eles como é que se trabalha a organização e a articulação do nosso povo. São dez anos no Movimento Indígena, de muita luta. **Queremos sim aprofundar essa aliança com as mulheres negras. Fizemos o Pacto com as Mulheres Negras porque sofremos a mesma discriminação. Política com justiça só é feita se contemplar as reivindicações das mais sofridas que somos nós. A Aliança feita aqui é o início de um trabalho que vamos, no futuro, aprofundar mais.***<sup>2</sup>

O alcance e o ineditismo desta parceria certamente poderão oferecer novas configurações ao movimento de mulheres, estruturando articulações que, fundadas no gênero, se expandem na direção de intervenções aprofundadas nos diferentes espectros da desigualdade.

–

2. Texto extraído do boletim “Articulando Eletronicamente”, nº 90, de 20 de julho de 2004.



## GLOSSÁRIO

**Homofobia** – termo usado para se referir ao desprezo e ao ódio às pessoas com orientação sexual diferente da heterossexual.

**Raça** – Do ponto de vista científico não existem raças humanas; há apenas uma raça humana. No entanto, do ponto de vista social e político é possível (e necessário) reconhecer a existência do racismo enquanto atitude. Assim, só há sentido em usar o termo raça numa sociedade racializada, ou seja, que define a trajetória social dos indivíduos em razão da sua aparência. Segundo Kabengele Munanga, professor de antropologia da USP,

*o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é, natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco, mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isto, o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico (MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05 nov. 2003. p. 27. In: COSTA, D.M., OSÓRIO, A.B. & SILVA, A. de O. Gênero e Raça no Orçamento Municipal: um guia para fazer a diferença, vol. I, Orientações Básicas, IBAM/DES, Rio de Janeiro, 2006).*

Ao empregar o termo raça, os/as autores/as dos textos deste Curso consideram a posição de vários/as pesquisadores/as e do Movimento Negro do Brasil na utilização do conceito como forma de expor a prática social do racismo.





## MOVIMENTO FEMINISTA CONTEMPORÂNEO

SE FEMINISMO NÃO É COISA DO PASSADO, QUAIS SÃO AS ATUAIS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO FEMINISTA?  
QUEM FAZ PARTE DESTE MOVIMENTO?  
COMO O MOVIMENTO FEMINISTA VEM RESPONDENDO ÀS NOVAS DEMANDAS QUE LHE SÃO COLOCADAS?

(...)foi a partir da década de 1960 que o feminismo se consolidou e se legitimou enquanto prática política e proposta filosófica de compreensão do mundo

O feminismo é reconhecidamente o movimento social mais importante da ***Era Moderna***. (Hobsbawn, 1995). Ao estudar os conceitos de sexo, gênero e sexualidade na primeira unidade deste módulo, vimos como as desigualdades baseiam-se nas diferenças anatômicas entre homens e mulheres para estabelecer hierarquias sociais. O feminismo surge questionando essas hierarquias. Trata-se de um movimento social que, ao desconstruir concepções cul-

turais, comportamentos e práticas sociais, permitiu desnaturalizar o modo como eram organizadas as relações entre homens e mulheres em distintas sociedades. Embora a luta das mulheres por cidadania, com foco no direito ao voto e à educação, possa ser considerada a Primeira Onda do movimento, foi a partir da década de 1960 que o feminismo se consolidou e se legitimou enquanto prática política e proposta filosófica de compreensão do mundo, tendo impacto significativo sobre diversas áreas do saber científico.

A nova ou Segunda Onda do feminismo chegou ao Brasil no final dos anos 1960 através da influência decisiva das reflexões de Simone de Beauvoir (1908-1986) em *O Segundo Sexo*, de 1949, e de Betty Friedan, em *A Mística Feminina*, de 1963 (Schumacher, 2006). **O deslocamento entre sexo e gênero realizado por Beauvoir e as críticas às estratégias para manutenção das mulheres na esfera privada de Friedman tiveram ressonância em um momento de grande efervescência social e política:** a ditadura militar restringia as liberdades civis; a resistência de setores de esquerda ao golpe; o movimento negro popularizando a afirmativa *black is beautiful*; a Igreja Católica dividida entre a defesa da família e da propriedade e a busca por mudança social, priorizando o combate à pobreza; a difusão da psicanálise e a aposta hippie em estilos de vida alternativos; a propagação da televisão.

Os discursos políticos eram frequentemente caracterizados pelo tema da luta de classes e da necessidade de transformar as relações sociais. Estes temas coexistiam com demandas por mudanças comportamentais nas relações interpessoais, na moral vigente e nos modos de uso dos corpos. Foi nesse momento que mulheres de camadas médias, muitas delas provenientes dos movimentos de esquerda, passaram a questionar as propostas de mudança social com enfoque exclusivo nas desigualdades de classe.

Os discursos políticos eram frequentemente caracterizados pelo tema da luta de classes e da necessidade de transformar as relações sociais.

Em 1975, o Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em reconhecimento aos movimentos de mulheres em todo o mundo, e a Conferência sobre a Mulher no México, aos quais temos nos referido neste curso em outros momentos, tiveram grande repercussão no Brasil. Em julho do mesmo ano, o Centro de Informações da ONU patrocinou no Rio de Janeiro o evento O Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira – uma semana de debates, organizada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que reuniu 400 profissionais liberais, universitárias e donas-de-casa para discutir os principais problemas que afligiam as mulheres brasileiras. Esse encontro, proposto por um grupo de feministas brasileiras, originou o Centro da Mulher Brasileira (CMB), organização feminista pioneira na reflexão e na sensibilização das mulheres para as desigualdades de gênero na sociedade brasileira.

**Ao longo da década de 1970**, o novo feminismo brasileiro se constituiu por diferentes correntes de pensamento e ideologias políticas, sendo, em geral, marcado pela contestação à ditadura militar (Sarti, 2004). **Os distintos grupos feministas que se espalharam pelo país assumiram como pauta comum a luta pela redemocratização e a defesa da autonomia das mulheres diante dos homens, da família e do Estado.** Buscou-se ampliar o diálogo com diferentes segmentos da sociedade, privilegiando-se a interação com mulheres de outros segmentos sociais, em especial, as operárias e as residentes nas periferias. Nesse contexto, o debate com as mulheres nos movimentos populares e com aquelas atuantes nos partidos políticos envolveu polêmicas e disputas, com frequência caracterizadas por uma oposição entre os chamados interesses gerais e específicos.

nos anos 1980, essa multiplicidade de perspectivas, que informavam a atuação das organizações feministas, conduzirá a um alargamento das bandeiras do movimento

Com o processo de redemocratização do país nos anos 1980, essa multiplicidade de perspectivas, que informavam a atuação das organizações feministas, conduzirá a um alargamento das bandeiras do movimento, que passa a incorporar: **a luta em oposição a todas as formas de violência contra as mulheres, contra a carência e pela aquisição de direitos à saúde, ao trabalho, à educação não-discriminatória, à contracepção e ao aborto seguro, entre outros.** Algumas questões, porém, apesar de suscitarem

certa empatia, não são incorporadas nessa agenda, como os direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Por muito tempo o movimento acreditou que essa ocupação se extinguiria, por considerá-la uma atividade alienante que se opunha ao ideal feminista de uma partilha equitativa das tarefas domésticas entre homens e mulheres.

A forte influência marxista foi paulatinamente perdendo espaço a partir da incorporação, pelo movimento, do conceito de gênero, entendido como “dimensão dos atributos culturais alocados a cada um dos sexos em contraste com a dimensão anatomofisiológica dos seres humanos” (Heilborn, 1992).

Nesse contexto, ganha força a perspectiva de mudança individual por meio do autoconhecimento e da transformação comportamental e da sexualidade (as políticas do corpo) alcançada pelas experiências vividas nos grupos de reflexão: estes derivavam das experiências norte-americanas e europeias de grupos voltados à tomada de consciência da opressão feminina através da análise das

vidas cotidianas (consciousness-raising groups) de mulheres. Novas alianças políticas surgiram e houve a ampliação do diálogo com distintos segmentos da sociedade, como os grupos de mulheres negras, de lésbicas, de trabalhadoras urbanas e rurais, de trabalhadoras do sexo, de empresárias, de educadoras populares. Tal processo envolveu **uma crescente dissolução de fronteiras entre o feminismo e as demais vertentes do movimento de mulheres**, o que não se deu sem dissensões. **As feministas negras foram essenciais nesse processo, pois problematizaram a teoria e a prática feministas, formulando uma agenda específica de combate às desigualdades intragênero** no âmbito do movimento (Carneiro, 2003).

Mais do que promover uma interseccionalidade entre gênero e raça/etnia, as feministas negras desenvolveram uma perspectiva feminista negra.

Lélia González, cofundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), e Maria Beatriz Nascimento, uma das fundadoras do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), foram duas das principais protagonistas desse debate. **Até então, o feminismo brasileiro mantinha um viés branco em suas abordagens**, ineficaz para a superação das assimetrias que atingiam as mulheres não-brancas e de outros contextos socioculturais. Mais do que promover uma interseccionalidade entre gênero e raça/etnia, as

feministas negras desenvolveram uma perspectiva feminista negra. **A questão de gênero passou a ser vista a partir da questão da raça, com foco na produção de identidades masculinas e femininas subalternas** (Carneiro, 2003).

Em 1982, com a convocação de eleições diretas para governadores/as, os movimentos de mulheres que contavam com aliados/as em alguns partidos políticos reinauguraram sua relação com o Estado. Um grupo de feministas paulistas propôs a criação de um órgão específico, responsável pela defesa da cidadania feminina e a implementação de políticas públicas para as mulheres na estrutura do Estado. Assim, em 1983, grupos de feministas paulistas e mineiras conquistaram a criação de um órgão específico para a defesa da cidadania e a formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres – os Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher do Brasil (Schumacher & Vital, 2000). A experiência do CNDM foi pioneira e suscitou a criação de diversos conselhos e coordenadorias nos estados e nos municípios.

Em 1983, grupos de feministas paulistas e mineiras conquistaram a criação de um órgão específico para a defesa da cidadania e a formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres – os Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher do Brasil

A campanha contra a violência doméstica *Quem ama não mata!*, lançada pelas mineiras diante de vários assassinatos de mulheres (de camadas médias), reverberou por todo o país e **culminou com a implementação, em 1985, das primeiras Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (DEAM)**. Um dos marcos dessa nova fase do feminismo brasileiro.

A reforma constitucional de 1988, marco da redemocratização do país, como já citamos em outros textos, consolidou a cidadania das mulheres, removendo obstáculos à igualdade de direitos.

A reforma constitucional de 1988, marco da redemocratização do país, consolidou a cidadania das mulheres, removendo obstáculos à igualdade de direitos.

Isto só se tornou possível graças à atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, dos movimentos de mulheres e do bloco das parlamentares, através do conhecido **LOBBY DO BATOM**, que empreendeu uma aguerrida mobilização nacional e provocou uma forte transformação no campo político-ideológico dos direitos (Schumacher, 2006). Cerca de 80% das propostas feitas pelos movimentos de mulheres foram acatadas (Carneiro, 2003), entre elas, a mudança do estado jurídico das mulheres, a destituição do pátrio poder e a transformação do racismo em crime inafiançável. Deve se destacar que as conquistas nesse campo foram profundamente negociadas. Os direitos sexuais de gays, lésbicas, travestis e transgêneros, os direitos trabalhistas para as domésticas, o direito ao aborto, entre outros temas, enfrentaram grande resistência, suscitando intenso debate e muitos confrontos. Estes são, ainda hoje, temas polêmicos, e continuam a encontrar forte resistência para a sua aceitação.

### LOBBY DO BATOM

A partir de 1987 começa a se organizar um movimento de sensibilização de deputados e senadores constituintes sobre as demandas das mulheres para a nova Constituição. O grupo, que ficou conhecido como o Lobby do Batom, era formado por lideranças feministas e as 26 deputadas federais constituintes, que se articularam de forma suprapartidária. O Lobby do Batom obteve importantes avanços na Constituição Federal, garantindo igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres perante a lei.

A ação do movimento feminista em todo o mundo derrubou tabus e modificou costumes

**Na década de 1990, transformações profundas já haviam sido introduzidas pelo movimento feminista na sociedade brasileira.** Nesse processo, novas moralidades, novas concepções sobre sexo, gênero e sexualidade, novos modelos familiares e de participação feminina nas esferas pública e privada foram produzidos e se legitimaram. A ação do movimento feminista em todo o mundo derrubou tabus e modificou costumes, **abrindo espaço para o fortalecimento ou a maior visibilidade de outros movimentos identitários.** Mas, apesar dos avanços, havia lucidez quanto às distâncias para que as mulheres alcançassem a tão almejada equidade de gênero.

O ciclo de Conferências promovido pela Organização das Nações Unidas a partir desta década, cujo marco inicial foi a realização da ECO-92 na cidade do Rio de Janeiro, ampliou o escopo de atuação dos diferentes segmentos do movimento feminista e antirracista. Os movimentos de mulheres tiveram participação ativa no Fórum das Organizações Não-Governamentais, através do Planeta Fêmea. Este foi um espaço privilegiado de amplo diálogo entre feministas do mundo todo, tendo convergido para a elaboração da **AGENDA 21 DAS MULHERES** (Melo & Schumacher, 2000).

A IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995) foi o ápice desse processo de rearticulação do movimento feminista no campo internacional, sendo considerada o marco da chamada Terceira Onda do feminismo.

À ECO-92 se seguiram as conferências de Direitos Humanos (Viena, 1993) e a de População e Desenvolvimento (Cairo, 1994). A IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995) foi o ápice desse processo de rearticulação do movimento feminista no campo internacional, sendo considerada o marco da chamada Terceira Onda do feminismo. A nova agenda se deteve sobre questões relacionadas à consolidação e à ampliação dos direitos das mulheres e à sua maior participação

na esfera pública, com foco na erradicação das desigualdades econômicas, políticas e simbólicas que persistem entre os gêneros. O Estado brasileiro vem incorporando paulatinamente vários itens desse grande elenco de reivindicações (Farah, 2004), apesar de o processo nem sempre se apresentar de modo linear e progressivo.

Estimativas das Nações Unidas sugerem que, mantendo-se o ritmo atual de crescimento da participação feminina em cargos de representação política, o mundo levará 400 anos para chegar a um patamar de equilíbrio entre homens e mulheres no poder

#### AGENDA 21 DAS MULHERES

Um ano antes da ECO-92, em 1991, mulheres de todo o mundo se reuniram no I Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável. O resultado foi a construção de uma Agenda de Ação das Mulheres, com recomendações sobre direitos das mulheres, direitos reprodutivos, educação, tecnologia, ciência, governança, globalização, pobreza, militarismo e outros. Essa Agenda influenciou a Agenda 21 produzida como plataforma geral em 1992 na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – ECO-92. Principalmente no capítulo 24, ela traz um conjunto de recomendações, mecanismos e metas para integrar mulheres e questões de gênero em todos os níveis de governo e nas atividades das agências das ONU. A partir de então, a Agenda de Ação das Mulheres inspirou-as, mobilizou-as em lutas por suas prioridades. A Agenda foi revisada na preparação da Rio+10 realizada em Joanesburgo, em 2002, e passou a ser chamada de Agenda de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Sustentável. Nela há ações recomendadas nas áreas de Paz e Direitos Humanos; Globalização e Sustentabilidade; Acesso a Controle de Recursos; Segurança Ambiental e Saúde; Governança para o Desenvolvimento Sustentável. Em todos os eixos há uma lista de recomendação das mulheres. Veja mais em [www.redeh.org.br/pdf/ag21\\_port.pdf](http://www.redeh.org.br/pdf/ag21_port.pdf) Acesso em 24/03/2010.

Nas últimas décadas, a sub-representação feminina nas estruturas formais da política (vide quadro apresentado na Unidade 3 deste módulo) tem sido um dos principais desafios enfrentados na luta pela equidade de gênero. Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a Lei nº 9.100/95, proposta pela então deputada federal Marta Suplicy (PT / SP), que determinou a reserva de 20% das candidaturas dos partidos políticos para mulheres, seguindo uma tendência internacional. A cota, entretanto, ficou restrita, em 1996, às eleições municipais.



Em 1997, a Lei nº 9.504/1997 ampliou a cota para 30%. No entanto, como já analisamos, as estatísticas apontam que o aumento no percentual de candidatas não tem se refletido no percentual de mulheres eleitas (Araújo, 2008). Em todo o mundo as mulheres representam somente 12% dos assentos parlamentares e ocupam 11% dos cargos de presidência dos partidos políticos. Estimativas das Nações Unidas sugerem que, mantendo-se o ritmo atual de crescimento da **PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CARGOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**, o mundo levará 400 anos para chegar a um patamar de equilíbrio entre homens e mulheres no poder.

### **PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CARGOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

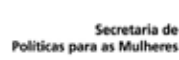
As conferências da ONU colocaram nas agendas governamentais o problema da exclusão das mulheres dos processos de decisão política, promovendo a elaboração de programas e planos para a promoção da igualdade de gênero, a criação de agências governamentais voltadas para as questões das mulheres e a realização de ações afirmativas que assegurassem a participação feminina no sistema político. O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) foi criado em 1976 como resposta às demandas das organizações de mulheres presentes na Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, que se realizou na Cidade do México, em 1975. No Brasil desde 1992, o Escritório Regional do UNIFEM para Países do Cone Sul trabalha para promover a igualdade de gênero e os direitos humanos das mulheres em Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Quaisquer que sejam os marcos de origem do feminismo, é importante destacar que suas proposições têm contribuído para o progresso das nações. No Brasil, a pauta da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres tem ocupado cada vez mais espaço na agenda governamental. Assim, **em 1º de janeiro de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM)** através da Medida Provisória 103. A SPM tem desenvolvido ações conjuntas com os demais ministérios e secretarias especiais para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, o combate à discriminação e a incorporação das questões de gênero nas políticas públicas. Todavia, queremos reafirmar que, apesar dos avanços na esfera política (como os aqui apresentados, inclusive este curso para refletir sobre políticas públicas focalizadas em gênero e raça), há muitos desafios a serem superados: a assimetria entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na divisão do trabalho doméstico, a questão do direito ao aborto, a pouca participação das mulheres no sistema político, a violência e a discriminação contra as mulheres e outros problemas que permanecem como grandes questões a serem enfrentadas pela sociedade brasileira.



## GLOSSÁRIO

**Era Moderna** - Período da história do Ocidente em que a produção feudal é substituída pelo modo de produção capitalista. Alguns historiadores determinam o início do período em 1453, com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, e o término, com a Revolução Francesa, em 1798. A modernidade consolida-se com o início da Revolução Industrial. É na Idade Moderna que a “caça às bruxas” atinge seu apogeu, e muitas mulheres foram queimadas em fogueiras, principalmente porque antigas religiões pagãs e matriarcais foram consideradas satânicas.





**AS MULHERES COMO SUJEITOS POLÍTICOS.**

*O movimento de mulheres são todas as formas de organização de mulheres que lutam por diferentes objetivos. – Betânia Ávila e Sônia Corrêa<sup>1</sup>*

*O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo [...]. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. – Sueli Carneiro<sup>2</sup>*

Para se compreenderem a origem e os significados das mobilizações das mulheres, é importante considerar algumas questões. A primeira delas diz respeito ao reconhecimento da pluralidade envolvida nas relações entre pessoas, grupos de pessoas, sociedades inteiras. E ainda, nas relações entre indivíduos, sociedade e Estado. Nessas relações dinâmicas, poderes, projetos e desejos se constroem e são modelados por fatores culturais, ideológicos e políticos, que variam de acordo com os contextos históricos e socioculturais específicos. É a partir das interpretações singulares dessas dinâmicas e de seu questionamento que surgem articulações de indivíduos. Tais articulações, na forma de sujeitos sociais coletivos, construídos a partir de identidades e projetos comuns, têm como objetivo não apenas angariar espaços para a expressão de especificidades, mas, principalmente, modificar a esfera pública de acordo com suas necessidades. Esses sujeitos coletivos, ao se transformarem em movimentos sociais, estão engajados no sentido de visibilizar distintas demandas na arena política e buscar respostas para problemas sociais considerados relevantes.

A hierarquia nas relações de gênero está presente nos mais variados contextos socioculturais, prevalecendo a preeminência do masculino sobre o feminino

A segunda questão crucial é reconhecer que a assimetria de gênero e a consequente subordinação do sexo feminino são fenômenos globais. Ainda que se possam encontrar exceções a essa norma, a hierarquia nas relações de gênero está presente nos mais variados contextos socioculturais, **prevalecendo a preeminência do masculino sobre o feminino, a presença da heterossexualidade compulsória e a concentração do poder público e das riquezas coletivas nas mãos dos homens.** Assim, a resistência a todas as

formas de subordinação do feminino gera e articula os movimentos de mulheres.

É no interior dos movimentos de mulheres que se desenvolve um amplo debate acerca do entendimento da opressão das mulheres enquanto efeito de estruturas de dominação patriarcais. Embora o conceito de patriarcalismo/patriarcado faça referência às sociedades em que a organização social é centrada na figura do pai/patriarca, a apropriação deste termo pelos movimentos sociais conferiu-lhe novo sentido. Com frequência, a expressão patriarcado é utilizada pelos movimentos de mulheres como sinônimo de qualquer estrutura social em que as mulheres ocupam posições subalternas, estando sujeitas aos mais variados modos de dominação pelos homens (Machado, 2000).

–

1. Ávila, Bethania & Correa, Sônia. Movimento de Mulheres: questões para pensar-se seus rumos, 2000, p.1.

2. Carneiro, Sueli. Mulheres em Movimento. Revista Estudos Avançados, 17(49): 1, 2003.

No âmbito da produção feminista nas Ciências Sociais desde a década de 1980, a expressão patriarcado deixou de ser utilizada como um conceito analítico, adquirindo lugar secundário no campo dos estudos de gênero. Assim, o termo “patriarcado permanece como uma referência de fundo, mais alusiva do que conceitual” (Machado, 2000: 5). Há que se considerar a influência na produção científica feminista das reflexões de Pierre Bourdieu (2003) sobre dominação masculina. Tal conceito supõe que a subordinação social das mulheres pelos homens seja efeito de um processo em que atributos culturais e representações sociais adquirem o estatuto de fatos naturais, impondo-se através da **violência simbólica** presente na linguagem, nos modos de organização social, nos comportamentos e nas visões de mundo que trazem implícita a superioridade do masculino sobre o feminino.

A desigualdade das mulheres é um elemento estrutural da sua formação social, a qual está imbricada à desigualdade de raça

A assimetria nas relações entre homens e mulheres não é o único eixo de hierarquia social; há outras hierarquizações em diferentes sociedades. Vários fatores atuam na produção das desigualdades, implicando distintas formas e variados graus de subordinação para as mulheres. Um conjunto de marcadores sociais de diferença – raça/etnia, classe social, nacionalidade, orientação

sexual, origem geográfica, entre outros – concorre, em diversas intensidades na produção de poderes e privilégios materiais e simbólicos para os sujeitos sociais. Como ressalta Ávila,<sup>3</sup> é preciso ter em conta que:

*a desigualdade das mulheres é um elemento estrutural da sua formação social, a qual está imbricada à desigualdade de raça e à construção de um modelo de desenvolvimento através do qual a divisão entre riqueza e pobreza se reproduz e se mantém atravessando os diversos contextos históricos.*

Esta questão também está presente nos movimentos de mulheres.

### UM BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES

Inúmeros acontecimentos, em diferentes épocas e lugares, constituem a história das lutas das mulheres. Em muitos casos, essas mobilizações permitiram mudanças nos modos de produção material e de sentido sobre os gêneros e suas relações, sobre as mulheres e suas potencialidades. Trata-se de um longo processo social e histórico do qual as mulheres emergiram como sujeitos políticos, questionando seu lugar subordinado ao homem no mundo social. No Módulo 1 apresentamos uma linha do tempo das conquistas feministas a partir da década de 1980. Neste módulo, pretendemos recuperar conquistas de décadas e séculos anteriores.

É importante destacar que, embora as fontes historiográficas sejam escassas, é possível encontrar referências à participação

(...) é possível aludir à presença feminina em importantes esferas coletivas de decisão em sociedades não-ocidentais.

3.

Ávila, M. B. Feminismo no Brasil. Projeto de pesquisa. Sem data. p. 1.

## SOCIEDADES IORUBÁS

Habitantes da região onde hoje estão Nigéria e Benin, os/as iorubás são uma antiga civilização urbanizada, cujas cidades são registradas desde o ano 500. As mulheres iorubás são autônomas e grandes negociantes nas feiras, onde são a maioria. Quando jovens, separam-se das famílias para fazer comércio em mercados distantes. Quando idosas, abrem pequenas vendas perto de casa. Dedicam-se ao comércio por sobrevivência e para acumulação, sendo algumas vezes mais ricas que seus maridos. Geralmente compram a colheita dos maridos e ficam com o lucro na revenda. Nas feiras, dedicam-se também a relações sociais e a trocas simbólicas.

das mulheres na esfera pública e política desde antes das reconhecidas revoluções democráticas que propugnam direitos individuais.

A história da esfera pública é feita a partir da estrutura organizacional das sociedades ocidentais, porém é possível aludir à presença feminina em importantes esferas coletivas de decisão em sociedades não-ocidentais. Nas **SOCIEDADES IORUBÁS** do século XVIII, por exemplo, a participação feminina no mundo público era conferida à figura da Iyalodê, representante das mulheres nos palácios e nos conselhos dos reis iorubás (Azevedo, 2006). A Iyalodê atuava nos tribunais locais sempre que uma mulher estivesse envolvida em um delito e arbitrava as disputas e os conflitos entre mulheres.

No mundo ocidental, foi o surgimento da concepção moderna de indivíduo e de cidadania – tendo como principais marcos a Revolução Francesa (1789) e a *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), referidas várias vezes neste curso – que permitiu a emergência das mulheres como sujeitos de direitos (Franchetto et al., 1981).

Nesse contexto, a perspectiva de que a hierarquia e a desigualdade são atributos naturais das relações humanas é suprimida por novas concepções de direitos alicerçados nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Contudo, tal proposta tinha como sujeitos apenas os homens (Ávila, 2000).

Em 1791, Olympe de Gouges publicou a "*Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*". O documento afirmava a equidade universal de direitos entre homens e mulheres e ressaltava as necessidades específicas das mulheres. Olympe havia sido parte do grupo minoritário que defendeu, na Assembleia que originou a Constituição Francesa de 1791, a extensão dos direitos de cidadania a todos e a todas que lutaram na Revolução Francesa. Contudo, a nova Constituição apenas considerou como cidadãos plenos os homens acima de 25 anos, não estendendo às mulheres o direito de voto. Nas reviravoltas da Revolução Francesa, Olympe acabou executada em 1793.

No Brasil, os ideais da Revolução tiveram grande repercussão. A primeira metade do século XIX foi marcada por inúmeras revoltas populares e pelo surgimento de várias organizações em prol da independência e contra o regime escravocrata. **Embora tenham ficado de fora da história oficial, as mulheres desempenharam um papel essencial nessas mobilizações.** As batalhas pela independência ocorridas na Bahia, por exemplo, tiveram como protagonistas: Maria Quitéria, em 1822; Joana Angélica, que foi assassinada por um soldado português, em 1823; e Maria Felipa de Oliveira, negra descendente de sudaneses (não se sabe se liberta ou não).

Em 1823, a marisqueira Maria Felipa liderou cerca de 400 mulheres (conhecidas como “vedetas”), homens e indígenas na queima de 42 embarcações de guerra portuguesas aportadas na Praia do Convento e preparadas para atacar Salvador (Schumacher & Brazil, 2007).

Nos levantes de escravos também há registros de mulheres que ocuparam posições de forte liderança, como Mariana Crioula, que participou da revolta de Paty de Alferes, liderada por Manuel Congo, em 1838; mucama e costureira, Mariana fugiu com os/as demais revoltosos/as para formar um quilombo. Ainda durante a fuga, ela assumiu posição de comando, tornando-se rainha do quilombo ao lado do rei Manuel Congo. Sete dias após a revolta, quando a Guarda Nacional surpreendeu os/as quilombolas, Mariana esteve à frente da batalha. Ela e Manuel Congo foram presos, mas como o código criminal do Império conferia às mulheres estatuto inferior ao dos homens, apenas Manuel foi condenado (Schumacher & Brazil, 2007).

crise no mundo colonial, o debate sobre liberdade e direitos propiciou também a emergência das primeiras manifestações de mulheres brasileiras contra o lugar privilegiado dos homens na ordem social.

Outro caso ilustrativo da intensa participação feminina no combate ao regime escravocrata é a trajetória da escrava Adelina, de São Luís, Maranhão. A charuteira teve papel crucial na articulação entre os **quilombolas** e as **ASSOCIAÇÕES ABOLICIONISTAS** locais. Como andava pela cidade diariamente para vender charutos, ela distribuía informações entre grupos em diferentes regiões da cidade e auxiliava nas fugas de escravos sem despertar suspeitas.

**Em contexto de grande efervescência política que caracterizou a crise no mundo colonial, o debate sobre liberdade e direitos propiciou também a emergência das primeiras manifestações de mulheres brasileiras contra o lugar privilegiado dos homens na ordem social.** Um bom exemplo foi a publicação, em 1831, da obra pioneira *Espelho das Brasileiras*, de Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida como Nísia Floresta Brasileira Augusta. Natural do estado do Rio Grande do Sul, Nísia dedicava-se a escrever sobre os problemas sociais, tais como: a escravidão, as dificuldades enfrentadas pelas populações indígenas, a qualidade da educação e a condição das mulheres na sociedade. Em *Espelho das Brasileiras*, a intelectual gaúcha abordou a condição feminina no país e a necessidade de emancipação das mulheres. Influenciada pela intelectualidade norte-americana e europeia da época, Nísia traduziu, em 1832, um clássico do feminismo norte-americano, o livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, de Mary Wollstonecraft.

#### ASSOCIAÇÕES ABOLICIONISTAS

No Rio de Janeiro, em 1880, alguns políticos como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio criam a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, o que estimula a formação de associações por todo o país. O jornal O Abolicionista, de Nabuco, e a Revista Ilustrada, de Ângelo Agostini, também estimulam e inspiram outras publicações antiescravistas. Algumas pessoas, entre elas advogados, artistas, intelectuais, jornalistas e políticos, comprometem-se com essa luta e arrecadam fundos para pagar cartas de alforria. No Recife, alunos da Faculdade de Direito criam uma associação abolicionista da qual participam Plínio de Lima, Castro Alves, Rui Barbosa, Aristides Spínola, Regueira Costa. Em São Paulo, o advogado Luís Gama, ex-escravo, consegue libertar mais de 1.000 escravos/as.

A defesa da emancipação das mulheres através da educação levou-a a fundar um colégio para meninas com proposta curricular avançada, tornando-se precursora dos ideais de igualdade e autonomia da mulher brasileira (Schumacher & Vital, 2000).

Na segunda metade do século XIX, emergiram as primeiras associações de mulheres no Brasil.

Outra figura preeminente na luta pela emancipação feminina e pelo acesso das mulheres à educação foi a negra maranhense Maria Firmina dos Reis, autora de *Úrsula*, primeiro romance abolicionista brasileiro, publicado em 1859. Maria Firmina, professora concursada, fundou em São Luís uma escola gratuita para meninos e meninas pobres, na qual lecionou até sua morte, em 1881. Ela foi a primeira escritora maranhense, folclorista e compositora. Entre suas composições, consta um hino abolicionista (Moraes Filho, 1975).

Na segunda metade do século XIX, emergiram as primeiras associações de mulheres no Brasil. Uma dessas organizações foi a Sociedade das Senhoras Libertadoras (As Cearenses Libertadoras/1882), liderada por Maria Tomásia Figueira, Elvira Pinho e Maria Correia do Amaral, que promoveu manifestações pelo fim da escravidão até 1884, quando foi abolida a escravatura no Ceará. Outra associação de mulheres que se destaca na luta contra a escravidão no país foi a das Amazonenses Libertadoras. A organização, fundada em 1884 por mulheres da elite de Manaus, teve como principais lideranças Elisa Faria Souto, Olímpia Fonseca e Filomena Amorim (Schumacher & Vital, 2000). A escravidão foi abolida no Amazonas um ano antes da **Lei Áurea** (1888).

Até a década de 1870, o acesso às **ESCOLAS NORMAIS** era negado às mulheres, e apenas em 1879 passa a ser permitido o ingresso de mulheres nas instituições de ensino superior do país. Além de muito restrito, o acesso ao ensino superior não garantiu às mulheres o reconhecimento como plenas cidadãs de direitos. A proclamação da República também não alterou esse quadro. Embora a Lei Eleitoral de 1890 não refutasse explicitamente o direito das mulheres ao voto, a Constituição de 1891 vetou o direito de voto a analfabetos, mendigos, soldados e religiosos, mas não fez menção às mulheres, e sua participação como iguais no processo político continuava a ser negada. Na virada do século, a luta pelo sufrágio ganhou fôlego e novas adeptas. Em 1910, Leolinda de Figueiredo Daltro ocupou ousadamente a cena pública com suas ideias vanguardistas em defesa das mulheres e dos indígenas. Ao ter seu alistamento eleitoral recusado, fundou no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminino, cujo objetivo era mobilizar as mulheres pelo direito ao voto (Schumacher, 2006).

## ESCOLA NORMAL

A primeira Escola Normal brasileira foi criada em 1835, em Niterói, Rio de Janeiro, com o objetivo de formar professores para o ensino primário e o nível secundário, hoje Ensino Médio. A partir daí, foram criadas Escolas Normais no Brasil, marcadas por diversos movimentos de afirmação e de reformulação. Até 1950 as Escolas Normais foram fundamentais na formação de docentes para o ensino primário em todo o país.

(...) com o Estado Novo (1937), o movimento feminista – bem como os demais movimentos sociais – foi silenciado pela ditadura Vargas.

Na década de 1920, multiplicaram-se as associações de mulheres, autoidentificadas como Ligas para o Progresso Feminino. Esse movimento, marcado pela realização em 1922 do primeiro Congresso Nacional Feminista, é o que se considera hoje como a Primeira Onda do feminismo brasileiro (Schumacher, 2000). Ele contou com a presença de importantes líderes feministas internacionais e permitiu a formação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que teve filiais, dirigidas por expressivas lideranças locais, em diversos estados brasileiros.

A articulação das sufragistas na esfera nacional e a visibilidade internacional de lideranças, como a bióloga Bertha Lutz e a datilógrafa negra Almerinda Gama, foram fundamentais para que em 1932, no governo provisório de Getúlio Vargas, as mulheres conseguissem finalmente o direito ao voto. Almerinda Gama foi fundadora e primeira presidente do Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal, e a primeira eleitora constituinte do país, tendo tido participação destacada nos preparativos das feministas para a Constituinte de 1934 (Schumacher, 2006). Contudo, alguns anos mais tarde, com o Estado Novo (1937), o movimento feminista – bem como os demais movimentos sociais – foi silenciado pela ditadura Vargas.



## GLOSSÁRIO

**Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã** – escrita em 1791 como contraponto à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, por Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze (1748-1793), feminista, revolucionária, jornalista e escritora executada na guilhotina. A Declaração afirma no artigo primeiro: “A mulher nasce e vive igual ao homem em direitos. As distinções sociais não podem ser fundadas a não ser no bem comum”.

Veja a íntegra da Declaração em

<http://www.eselx.ipl.pt/ciencias-sociais/tratados/1789mulher.htm> Acesso em 21/03/2010 ou em [http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/mulher/declar\\_dir\\_mulher.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/mulher/declar_dir_mulher.pdf) Acesso em 15/05/2010

**Lei Áurea** – Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888, assinada pela princesa-regente, Dona Isabel, libertando os/as escravizados/as e extinguindo a escravidão legal no Brasil.

**Quilombolas** - Abdias do Nascimento define Quilombolismo como “movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização socioeconômico-política própria (Nascimento, A. O Quilombismo. Petrópolis: Vozes, 1980. p.32).

No Observatório Quilombola, [www.koinonia.org.br/oq](http://www.koinonia.org.br/oq), é possível encontrar notícias atualizadas saídas na imprensa, além de matérias especiais, textos analíticos e uma biblioteca sobre comunidades remanescentes de quilombos.

**Violência simbólica** – termo utilizado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para se referir a um tipo de violência quase sempre invisível para as próprias vítimas, e que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento e não da agressão física. Um exemplo comum de violência simbólica é um marido impedir a esposa de trabalhar fora, argumentando que isto não é necessário, e que o mais conveniente é ficar em casa cuidando dos filhos e das filhas. Para saber mais, consulte a obra de Pierre Bourdieu, A dominação masculina (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999).